

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 243

Período: 07/04/07 a 13/04/07

Franca – Brasil

- 1- Empresa brasileira reequipará a força aérea do país
- 2- Crise Aérea I: Comandante da Aeronáutica e ministro do Planejamento buscam solução para crise no setor aéreo
- 3- Crise Aérea II: Relatório aponta deficiências do tráfego aéreo
- 4- Governador do Estado do Rio de Janeiro pede ajuda das Forças Armadas na Segurança Pública da cidade
- 5- Visita do papa Bento XVI mobiliza Exército
- 6- Crise Aérea III: Waldir Pires procura minimizar a crise aérea em depoimento na Câmara
- 7- Brasil e Índia desejam incrementar a cooperação nuclear
- 8- Ajuda do Exército ao Rio tem repercussão internacional
- 9- Crise Aérea IV: Brigadeiro Saito é pressionado pelo governo e Pires afirma não temer a uma CPI

1- Empresa brasileira reequipará a força aérea do país

O *Jornal do Brasil* informou que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) construirá, no Brasil, um novo avião militar baseado no C-130 da empresa norte-americana Lockheed, para atender ao programa de modernização da Força Aérea Brasileira (FAB). O novo programa de defesa do Brasil que absorveu uma soma R\$ 10 bilhões de investimentos em quatro anos prevê a compra de 20 aviões de caça de empresas da Europa e 30 dos novos aviões de transporte da Embraer. Na negociação entre a empresa e o governo brasileiro, o preço de cada aeronave que reequiparia a FAB foi estipulado em US\$ 50 milhões. Segundo o *Jornal do Brasil*, o novo projeto traria um modelo com espaço maior e mais funcionalidade que seus antecessores. (*Jornal do Brasil – Economia – 07/04/07, Jornal do Brasil – Economia – 09/04/07*).

2- Crise Aérea I: Comandante da Aeronáutica e o ministro do Planejamento buscam solução para crise no setor aéreo

Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* noticiaram que o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, se reuniram na tentativa de encontrar soluções definitivas para a crise do setor aéreo. A ordem do Palácio do Planalto foi a de deixar que a Aeronáutica assumisse a negociação com os controladores de voo, pois assim poderia discutir com mais propriedade as questões de infra-estrutura aeroportuária e dos salários dos operadores, enquanto que ao Planejamento foi incumbido apenas do assessoramento nas decisões dos militares. A postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ganhou novos contornos após os comentários sobre a insatisfação da área militar e o alerta de que a crise poderia se transformar em confronto com as três Forças Armadas, irritadas com a quebra de hierarquia e indisciplina na condução da negociação com os sargentos

controladores. Analisando a questão para o jornal *Folha de S. Paulo*, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (Unicamp), afirmou que a crise institucional entre governo e Forças Armadas é de pequena dimensão, mas trouxe como resultado, a volta dos militares à cena política brasileira. Rodrigues argumentou que, apesar das semelhanças superficiais, o momento atual não poderia ser comparado com a revolta dos sargentos e fuzileiros navais que antecederam a queda do então presidente da República João Goulart, em 1964, uma vez que havia outros elementos que configuravam um quadro de guerra civil no país. Contudo, as semelhanças estariam na quebra da hierarquia, nos presidentes indecisos entre punir e premiar, na tolerância inicial com o movimento dos sargentos e no reaparecimento do poder militar na política. No entanto, segundo noticiou *O Estado de S. Paulo*, dentre as consequências da crise aérea está o fortalecimento dos comandantes militares em oposição ao enfraquecimento da autoridade do ministro da Defesa Waldir Pires, o que recolocou em voga a possibilidade de reestruturação do ministério. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, não aceitou o convite feito por Lula, em 27/03/07 para assumir o Ministério da Defesa no lugar de Waldir Pires. Lula quer encontrar um substituto para Pires depois da crise nos aeroportos com a insatisfação dos controladores de vôos. Sobre o assunto, o general Luiz Gonzaga Lessa, ex-comandante da Amazônia, hoje com assento no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), questionou a ineficiência dos ministros civis, aludindo à proposta de colocar um militar à frente do ministério. O cientista político Ricardo Caldas, da Universidade de Brasília (UnB), entretanto, criticou essa proposta afirmando que a intenção da criação da pasta da Defesa seria para desestimular a politização das Forças Armadas, bem como aprofundar a integração dos militares com a democracia, e a nomeação de um militar seria um passo contrário a isso. Já o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Defesa Nacional do Senado declarou que não importaria se o escolhido é civil ou militar, desde que esse seja competente e não exerça uma liderança frágil. Ainda sobre os controladores de vôo, o procurador da Justiça Militar Giovanni Rattacaso, afirmou que o Inquérito Policial Militar (IPM) que apura se houve crime na paralisação ocorrida no dia 30/03/07 não tem como alvo a reação dos oficiais que supervisionam essa atividade e que, no dia seguinte, abandonaram os postos. Os objetivos na verdade são identificar que crimes foram cometidos pelos controladores e quem foram os responsáveis. O IPM tem prazo inicial de 40 dias e pode ser prorrogado por mais 20 dias. Se condenados por crime de motim, os controladores podem ser punidos com até oito anos de prisão. (Folha de S. Paulo – Brasil – 07/04/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/04/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/04/07; O Globo – Economia – 07/04/07; Folha de S. Paulo – Metrôpole – 10/04/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/04/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 11/04/07; Jornal do Brasil – País – 11/04/07).

3- Crise Aérea II: Relatório aponta deficiências do tráfego aéreo

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, um relatório preparado pela Federação Internacional das Associações dos Controladores do Tráfego Aéreo (Ifatca), após a inspeção geral que esta fez no Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de

Tráfego Aéreo de Brasília (Cindacta-1), apontou que o sistema de controle do tráfego aéreo brasileiro é falho e tem baixo nível de segurança. Apesar de não entrar em detalhes sobre a questão militar, o relatório aponta que a hierarquia e as peculiaridades do relacionamento interno entre os Cindactas e o Comando da Aeronáutica não permitiam a identificação e a solução dos problemas. A Força Aérea Brasileira (FAB) não quis comentar o relatório, mas se pronunciou dizendo que a federação não tem autoridade, nem competência, para realizar esse tipo de trabalho, já que era formada por psicólogos designados para auxiliar os controladores envolvidos no acidente. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 08/04/07; O Globo – Economia – 08/04/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/04/2007; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 12/04/2007).

4- Governador do Estado do Rio de Janeiro pede ajuda das Forças Armadas na Segurança Pública da cidade

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, solicitou ao presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, a presença das Forças Armadas, juntamente com a Força Nacional de Segurança, no policiamento das ruas da cidade do Rio de Janeiro para combater a criminalidade. Cabral ainda criticou o ministro da Defesa, Waldir Pires, que é contrário ao uso das Forças Armadas em Segurança Pública e que, em janeiro de 2007, inviabilizou o envio de tropas para o Rio de Janeiro. Segundo Pires, a "tropa federal não tem poder de polícia" e o governo estadual precisa reconhecer a incapacidade de assegurar a tranquilidade da população para que o Exército possa agir, o que não aconteceu no Rio. A Força Nacional de Segurança, cuja participação na Segurança Pública do Rio estava prevista apenas para maio, por ocasião dos Jogos Pan-Americanos, já vem atuando no Rio desde janeiro de 2007. Segundo a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, discorda de Cabral quanto ao uso de tropas militares nas ruas do Rio. A restrição foi manifestada na reunião ocorrida no dia 10/04/07 entre a cúpula do Exército com o general Luiz Cesário da Silveira Filho, comandante militar do Leste (representação oficial da Força no Estado). Para Peri, o Exército só poderá atender ao governador se ele se declarar incapaz de desempenhar seu dever constitucional de suprir a segurança. Dessa forma, teria que formalizar o pedido ao Ministério da Defesa. Porém, no dia 12/04/07, a *Folha de S. Paulo* noticiou que Peri disse que não é a favor nem contra a atuação do Exército no Rio, sob a condição de que a Força assuma o comando das operações. Como, pelo artigo 144 da Constituição, cabe ao Estado garantir e administrar a segurança pública, apenas a decretação de uma intervenção federal autorizaria as Forças Armadas a atuar no patrulhamento ostensivo no Rio de Janeiro, em atuação na "garantia da lei e da ordem". Mesmo assim, as Forças Armadas atuariam, "de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado", em "ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem". Nesse caso, o governo estadual perderia o comando de suas polícias enquanto perdurasse a ação das Forças Armadas, a quem caberia "o controle operacional dos órgãos de segurança pública". Apesar da negativa dos comandantes, Cabral oficializou a proposta a Lula. O presidente recebeu pedido formal do governador, conforme noticiou *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* no dia 12 de abril e afirmou que se reuniria com o Ministério da Defesa para analisar

cuidadosamente a proposta e como as Forças Armadas podem agir no estado. Conforme as palavras do Ministro da Justiça, a possibilidade mais provável é a de que as Forças atuassem como suporte às polícias estaduais, ocupando, por exemplo, uma via de grande circulação. O ofício enviado pelo governador do Rio, Cabral Filho, evoca a Constituição e a Lei Complementar 97, a qual trata do emprego das Forças Armadas para a garantia da ordem e da lei. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, no caderno Brasil do jornal, edição do dia 12/04/07, o comandante Peri explicou que o Exército trabalha com cenários diferentes e que o Presidente de República é quem define a duração, a amplitude e a forma da missão, de acordo com os limites constitucionais. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, os militares atenderiam sim às ordens do presidente Lula, mas resistiriam à idéia de realização de patrulhamento ostensivo nas vias de maior movimento do Rio; as fontes militares ouvidas pelo jornal afirmaram que os comandantes defenderiam uma posição estratégica dentro de um plano de ocupação do espaço físico, porém, os governos estadual e federal devem buscar confiança junto à população. Na coluna *Opinião* da *Folha de S. Paulo* do dia 12/04/07, Eliane Cantanhêde afirmou que o pedido de ajuda do governador do Rio de Janeiro consiste em mais um episódio (juntamente com a crise dos controladores) que acirra a crise institucional das Forças Armadas, afirmando que somente a Marinha não se enquadra na problemática. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 10/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 10/04/07; O Globo – Rio – 10/04/07; Jornal do Brasil – País – 10/04/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/04/07; O Globo – Rio – 11/04/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole - 12/04/07; O Globo – Rio - 12/04/07).

5- Visita do papa Bento XVI mobiliza Exército

Conforme a *Folha de S. Paulo*, um grupo de trabalho formado pelo Exército e pela Polícia Federal garantirá a segurança do papa Bento XVI durante sua visita ao Brasil no próximo mês de maio. A força de segurança contará com um efetivo de aproximadamente 7000 homens, entre militares, policiais e bombeiros e, em cada uma das cidades pelas quais o pontífice passar, haverá cerca de 3500 homens. O Exército contará com 3000 militares armados com fuzis, pistolas, balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo e será responsável pela segurança nos locais e vias percorridos pelo papa. (Folha de S. Paulo – Brasil – 12/04/07).

6- Crise Aérea III: Waldir Pires procura minimizar a crise aérea em depoimento na Câmara

Conforme noticiado nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, o Ministério da Defesa e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) participaram de audiência pública no dia 11/04/07, na Câmara dos Deputados. Segundo os jornais, o presidente da Anac, Milton Zuanazzi afirmou que não existe crise em relação à demanda e oferta no setor aéreo, enquanto Waldir Pires, da Defesa, disse que problemas no controle aéreo são corriqueiros nos países em desenvolvimento, na tentativa de minimizar a crise no setor. Pires ainda defendeu a atitude do presidente da República há uma semana, quando este interveio e recuou no motim dos controladores do dia 30/03/07, negou que tivesse permanecido de lado na crise dos controladores e

afirmou que se relaciona bem com a Aeronáutica; porém, os jornais afirmam que o ministro da Defesa entrou em contradição com o comandante da Força Aérea Brasileira (FAB) por diversas vezes. O ministro colocou o acidente entre o avião da *Go!* e o jato *Legacy* como um marco do início da crise e, assim como a FAB, chegou a atribuir a culpa aos pilotos do *Legacy*. Pires, segundo os jornais, causou embaraço à Aeronáutica ao dizer que o sistema brasileiro de controle aéreo pode ser comparado ao de países como a Eritreia, a Somália e o Uruguai. Em seguida, Juniti Saito, comandante da FAB, afirmou que os fatores contribuintes ao acidente ainda estão sob investigação, assim, qualquer colocação seria precipitada. Saito também rebateu as palavras de Waldir Pires, dizendo que o sistema de controle aéreo brasileiro é integrado e único no mundo, comparado pelo volume de tráfego. Sobre a desmilitarização do controle de tráfego aéreo, o comandante não se pronunciou, apenas disse que certamente o novo sistema, a ser implantado a partir de 2012, será civil. O sistema CNS/ATM utiliza dados via satélite e tecnologia GPS para as comunicações e navegação do sistema de tráfego. Um grupo de países-piloto, incluindo o Brasil, comprometeu-se a instalar a nova tecnologia entre 2012 e 2015, enquanto o restante dos países deve segui-los até 2020. Juniti Saito esclareceu na audiência, que o sistema será civil para o tráfego cooperativo, enquanto o tráfego não-cooperativo continuará nas mãos da Defesa. Quando questionado sobre a possibilidade dos controladores pedirem baixa coletiva, Saito disse que não acredita em tal hipótese, mas afirmou que, apesar de não garantir a integridade dos serviços, a Aeronáutica está preparada para esta eventualidade. A *Folha de S. Paulo* apurou que a hipótese de baixa coletiva, discutida no mês de fevereiro por controladores militares do Centro Integrado de Defesa Aérea em Brasília (Cindacta 1), nem foi analisada pela assembléia da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA). Além do ministro da Defesa, do comandante da FAB e do presidente da Anac, ainda estavam presentes os presidentes da Infraero, José Carlos Pereira, da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), Jeanine Pires, e da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (Abav), João Martins. (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano - 12/04/07; *O Estado de S. Paulo* – MetrÓpole - 12/04/07; *O Estado de S. Paulo* – Nacional - 12/04/07; *O Globo* – Economia - 12/04/07).

7- Brasil e Índia desejam incrementar a cooperação nuclear

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, após o encerramento da terceira reunião da Comissão Conjunta Brasil-Índia, que ocorreu na capital indiana, o ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, declarou a uma coletiva a existência de bons prospectos para a cooperação nuclear entre os dois países, respeitando os acordos de segurança já estabelecidos. Em breve, uma missão da comissão brasileira de energia nuclear deve visitar o país para estudar caminhos para intensificação desta cooperação bilateral. O jornal lembrou que no ano passado, a Índia acordou com os Estados Unidos, o fornecimento de combustível nuclear dos últimos para abastecimento dos reatores indianos. O acordo foi assinado em março e ratificado em dezembro pelo Congresso, porém, para entrar em vigor, há de ser aceito pelo Grupo de Supridores Nucleares, organização composta por 44 países – atualmente presidida pelo Brasil – que têm como objetivo prevenir a proliferação de armas nucleares por meio de controles de exportação de materiais e tecnologia. A Índia não é signatária do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Brasil e Índia também discutiram a cooperação no G-4,

grupo integrado também por Japão e Alemanha com o objetivo de atuar em conjunto para conseguir a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/04/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 13/04/2007).

8- Ajuda do Exército ao Rio tem repercussão internacional

Como mostrou a *Folha de S. Paulo*, a ajuda solicitada pelo governo do Rio de Janeiro ao Exército foi repercutida pelo jornal britânico *The Times*, pelo Uruguaio *El País* e pelo argentino *La Nación*. De acordo com *The Times*, os esforços para combater o problema da violência no Rio fracassaram "por causa da corrupção endêmica e dos governos cronicamente ineficientes que foram incapazes de reverter a decadência da cidade desde a metade do século passado, quando a capital federal se mudou para Brasília e São Paulo tomou seu posto de principal centro financeiro e industrial do país". Ainda segundo o *The Times*, existe o risco de que o Exército, ao entrar em contato com o crime organizado, seja corrompido pelas grandes somas de dinheiro que os traficantes de drogas que ocupam as favelas do Rio têm à disposição. Já o jornal uruguaio *El País* apenas noticiou sem muitos comentários a decisão de Lula, observando as matizes presentes na decisão do Presidente. Também o diário argentino *La Nación* veiculou o tema, ressaltando que o grau de cooperação e estratégia na operação ainda não haviam sido definidos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/04/2007).

9- Crise Aérea IV: Brigadeiro Saito é pressionado pelo governo e Pires afirma não temer a uma CPI

De acordo com o *Jornal do Brasil*, em reunião ocorrida na quinta-feira (12), Lula deixou claro à Aeronáutica que é ele quem deverá decidir pela desmilitarização do controle do tráfego aéreo. O comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito que antes defendia a permanência do controle militar, conteve suas opiniões após tratar com o presidente, observando apenas que a desmilitarização demandará alto custo e que será demorada. Também o ministro da Defesa, Waldir Pires, evitou enfatizar sua defesa pela desmilitarização do setor, dizendo que a decisão pertence ao Congresso Nacional. Aliás, o ministro frisou, segundo outra nota do mesmo jornal, que a crise do setor aéreo está relacionada à política de investimento e atendimento à população de sucessivos governos, sendo os problemas aéreos, portanto, antigos. O governo tem trabalhado no sentido de evitar a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o "apagão aéreo", porém, Pires mostrou-se seguro em dizer que não teme às investigações, disse o jornal. Depois de ferrenhamente criticado na Câmara dos Deputados, Pires obteve o escudo do Senado para colocar mais claramente suas opiniões. (Jornal do Brasil- O País – 13/04/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/04/2007).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq).